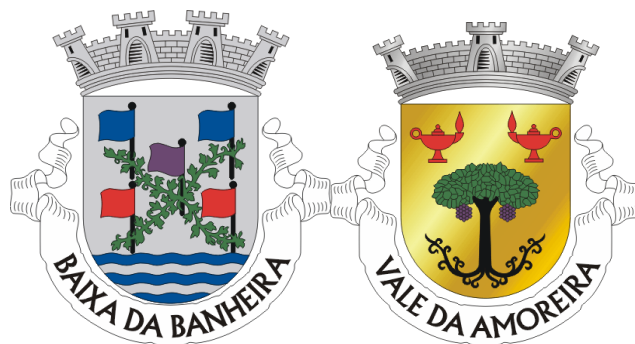




Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União
de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da
Amoreira
Concelho da Moita

3 de Janeiro de 2023

Minuta da Ata n.º11

Ao terceiro dia do mês de Janeiro de dois mil e vinte e três, na vila da Baixa da Banheira, Rua Eduardo Mondelane n.º2, no Salão da Junta de Freguesia da Baixa Banheira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, para dar continuidade aos trabalhos da reunião anterior, mais concretamente para tratar dos pontos 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação de Atas
- 2 – Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano para 2023/PPI/Orçamento 2023
- 3 – Discussão e Votação do Mapa de Pessoal 2023
- 4 – Discussão e Votação Tabela de Taxas e Tarifas para 2023
- 5 – Aprovação de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências
- 6 – Implementação de Balcão SNS na União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira
- 7 – Ratificação do Protocolo do Fundo Ambiental
- 8 – Proposta de Denúncia de Protocolo Eco-Lar com a Santa Casa da Misericórdia
- 9 – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, no PS, em que Patrícia Pires, Cíntia Guerra e Ana Melissa Ferreira foram substituídas por César Marques, Carlos Simões e Vitor Pessoa, respetivamente. Já na bancada da CDU, Helena Mira foi substituída por Vitor Barata, Júlio Pinto foi substituído por Judite Freitas e Anabela Gonçalves foi substituída por Rui Martinez. No total, estiveram 18 membros presentes na reunião.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Doutor Paulo Alfama, deu início à sessão, interpelando o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, o que não se verificou.

Antes da Ordem de Trabalhos, houve uma declaração política, uma moção e uma recomendação da bancada da CDU e uma moção do PS.

Iniciou o senhor Jorge Silva, apresentando uma declaração política:

Declaração Política

“Infelizmente, o governo desta terra obriga-nos a tomar posição muitas vezes. Lamentamos que a Assembleia Municipal tenha desautorizado esta Assembleia de Freguesia e que forças políticas que prometeram tudo fazer para separar as freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira tenham feito o contrário do que prometeram ao povo. Fica registado.

Na última sessão de Assembleia de Freguesia, que foi perguntado ao Executivo sobre quem tinham consultado para a construção das Grandes Opções do Plano e Orçamento e foi respondido que as escolas, trabalhadores, comerciantes e coletividades. Feitos os contactos necessários para esclarecer a situação e verificámos que não é verdade, o que nos deixou em choque.

Por último, temos sido abordados por vários munícipes que nos pedem intervenção porque este Executivo não resolve. Enviaremos hoje ainda uma lista de situações para intervenção. Situações com meses, algumas das quais reportadas várias vezes.

Lamentamos, mas não baixamos os braços. Este caminho não leva a lado nenhum.

Exige-se muito mais trabalho e empenho!”

Passou-se à moção “Pelo respeito e dignidade do Vale da Amoreira” do PS, apresentada por Rodrigo Nascimento:

Moção – Pelo respeito e dignidade do Vale da Amoreira

“No passado dia 21 de dezembro, a nossa terra foi confrontada com um crime hediondo que rapidamente ganhou mediatismo suficiente para integrar não só os noticiários, mas também os programas matinais dos canais generalistas, que não tardam em denegrir a

imagem desta localidade e das suas gentes com comentários profundamente discriminatórios e falaciosos.

A estigmatização do Vale da Amoreira tem já várias décadas e a Comunicação Social tem, desde sempre, um papel inegável na proliferação deste fenómeno. Toda a comunidade local está consciente deste facto. Como se a criminalidade não existisse em qualquer canto do país (e do mundo), qualquer crime isolado que aconteça no Vale da Amoreira é aproveitado para enquadrar este bairro como um autêntico antro de criminosos violentos, dependentes e traficantes de droga que há muito perderam qualquer réstia de humanismo.

Não querendo dispensar os comentários básicos sobre o Vale da Amoreira ser um bairro “difícil”, “problemático” ou até “violento”, algumas declarações ultrapassam, inequivocamente, o limite do tolerável, como foi o caso no programa *Dois às 10*, de dia 21 de dezembro, na TVI. Afirmar que “nem toda a gente pode lá (no Vale da Amoreira) entrar” ou que “o consumo e o tráfico são a atividade mais praticada pela população residente no bairro”, esta última declaração sendo suportada por supostos “dados estatísticos” (completamente inexistentes), representam, não só uma difamação gravíssima, mas, acima de tudo, uma opinião altamente discriminatória – a roçar o racismo – que nunca deveria ter lugar numa Comunicação Social que se diz livre e imparcial.

Desengane-se quem pensar que simplesmente não gostamos de ouvir as verdades inconvenientes. A única verdade que apresentamos aqui é verdade dos factos, factos apurados por dados estatísticos que, de facto, existem. Vejamos a taxa de criminalidade por município, com base na comparação entre os dados de 2017 a 2020. Enquanto a média nacional se situa nos 31,8, a Moita encontra-se abaixo desse valor, com 31,5. Quando analisamos o Relatório Anual de Segurança interna de 2021, mais concretamente as participações por município, percebemos que, no distrito de Setúbal, a média situa-se nas 2206 e, mais uma vez, a Moita encontra-se abaixo desse valor, com 2106. Temos consciência de que não somos, estatisticamente, a Terra mais segura do país, mas estamos muito longe de ser a mais criminosa e não aceitamos ser alvo de chacota e estigmatização sempre que ocorre um crime isolado no Vale da Amoreira ou em qualquer canto da nossa terra.

A Comunicação Social tem um papel importantíssimo no que toca à imagem que apresenta, sobre qualquer localidade, a população em geral e, por esse motivo, detém, igualmente, o dever e a responsabilidade de sancionar este tipo de comentários tóxicos que põem em causa a reputação de uma terra e a dignidade das suas gentes.

Assim, a Assembleia de Freguesia de União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida no dia 3 de janeiro de 2023, em sessão ordinária, delibera:

1 - Condenar veemente as declarações discriminatórias da Comunicação Social que põem em causa a reputação desta União de Freguesias, assim como a dignidade da sua população;

2 - Apresentar uma reclamação formal a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, dando corpo ao nosso desagrado com as declarações proferidas no programa televisivo supramencionado Junta da entidade reguladora responsável;

3 - Apresentar uma reclamação formal a TVI, Televisão Independente, S.A., dando corpo ao nosso desagrado com as declarações proferidas no programa televisivo supramencionado junto da própria estação televisiva.

Mais propõe a aprovação da presente moção em minuta para imediata promoção de efeitos, e o seu envio aos órgãos de comunicação social, regionais e locais, também com uma publicação nos instrumentos municipais disponíveis online.

Baixa da Banheira, 3 de janeiro de 2023

Os eleitos do Partido Socialista”

Não havendo intervenções relativas à moção, esta foi colada à votação, sendo aprovada por unanimidade.

De seguida, foi apresentada uma recomendação, lida por Judite Dias:

Recomendação - Por um serviço de Higiene e Limpeza Urbana de qualidade na Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

“Considerando que:

1. Vários municípios têm apresentado consecutivas queixas e denúncias falta de limpeza na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira; que é frequente encontrar lixo colocado fora de contentores, estando estes muitas vezes

- esgotados e lixeiras sem recolha durante semanas; que é recorrente ver amontoados resíduos verdes, ou de construção ou monos pela freguesia;
2. O Município da Moita possui contrato com AMARSUL e é o seu fiscalizador conforme o REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DA MOITA;
 3. O Município da Moita tem feito um esforço para dar respostas a estes problemas, mas que estas são ainda insuficientes;
 4. A também falta de cuidado de alguns munícipes, mas sabendo que participação cívica na gestão do espaço público pode trazer contributos para uma maior eficácia da gestão dos resíduos, desenvolvimento da cidadania e educação e com ganhos ambientais claro;

Propomos que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida a 27 de dezembro de 2022, delibera recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira que:

1. Seja elaborada uma campanha de sensibilização junto da comunidade, em parceria com as escolas, que sirva para envolver a comunidade em prol do ambiente e limpeza da nossa freguesia;
2. Seja feita divulgação pela comunidade os circuitos, locais e horários de recolha de resíduos; Informação sobre serviços de recolha domésticos de grande dimensão, de resíduos verdes, de monos e resíduos de construção produzidos em pequenas obras de habitações;
3. A Junta de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira monitorize, no seu território, o desempenho da empresa concessionária AMARSUL, bem como o da Câmara Municipal da Moita. Avalie e concretize em conjunto com o município a colaboração demais pontos de recolha e maior periodicidade da recolha, nos casos em que se justificar;
4. Que garanta a qualidade do serviço e não a sua degradação e se envolva na persecução da melhor qualidade para a sua comunidade junto do Município da Moita, se empenhe no reforço e otimização dos serviços de limpeza e recolha de resíduos, no investimento em equipamentos necessários para o efeito;

Os eleitos da CDU à Assembleia de Freguesias da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

Baixa da Banheira, 27 de Dezembro de 2022”

O senhor Miguel Jorge, do PS, pede para intervir para realçar o reconhecimento do trabalho realizado pelo município e a falta de civismo de alguns fregueses, que dificultam a ação dos serviços de higiene e limpeza urbana. Afirmar também que se deve dar o exemplo e alertar as autoridades competentes para tais situações. Relembra que as referidas campanhas de sensibilização em relação ao tema já estariam presentes nas grandes opções do plano apresentadas pelo executivo e agradece o reforço ao mencionar o assunto e o interesse da CDU em querer trabalhar em conjunto para resolver o problema. No que diz respeito a qualidade dos serviços em questão, realça que, apesar do Executivo não poder intervir diretamente, menciona que o mesmo se tem demonstrado atento e alertando para este problema de difícil resolução. Finaliza afirmando que o PS votará a favor da recomendação.

Sem mais intervenções, a recomendação foi votada e aprovada por unanimidade.

Por fim, a moção “Por mais e melhor segurança pública” foi apresentada por Jorge Silva:

Moção – Por mais e melhor segurança pública

“Há mais de 20 anos que a população luta pelo reforço dos efetivos das forças de segurança e pela construção de novas instalações na Vila da Baixa da Banheira.

O Município da Moita tem sido porta-voz das preocupações relacionadas com as questões de insegurança e a necessidade de novas instalações na Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, ano após ano, aos sucessivos Governos.

Em Fevereiro de 2008, a área correspondente às freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira ficou sob responsabilidade da Polícia de Segurança Pública.

A Câmara Municipal da Moita tem manifestado a vontade de cooperar para a resolução do problema das novas instalações através da cedência de um terreno municipal para a construção de nova esquadra da PSP na Vila da Baixa da Banheira, tendo sido efetuada uma reunião, no dia 16 de Junho de 2010, com o Diretor da Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos e o Diretor Nacional Adjunto da PSP.

Após essa reunião, realizou-se uma visita ao terreno a ceder pela autarquia para a construção da futura esquadra da PSP que se situa no limite das freguesias da Baixa da

Banheira e Vale da Amoreira, num local considerado adequado pelo Diretor Nacional Adjunto da PSP.

As populações das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira Reivindicam a construção de uma nova esquadra da PSP no terreno cedido pela Câmara Municipal da Moita e o reforço do número de efetivos, adequada à realidade demográfica das duas Freguesias, que atualmente têm mais de 30 mil habitantes.

Considerando que apesar da Câmara municipal da Moita ter manifestado a vontade de ceder um terreno para a construção da futura esquadra da PSP na Vila da Baixa da Banheira, Esta ainda não foi construída e o problema da falta de instalações condignas persiste.

Considerando o interesse demonstrado pelas duas entidades, devem ser efetuadas novas diligências para que o processo se desenvolva no sentido da nova esquadra da PSP vir a ser uma realidade,

Considerando que se regista uma diminuição do número de efetivos nas ruas, não se verificando a presença regular e efetiva de elementos das forças de segurança em locais estratégicos que sejam inibidores de sentimento de insegurança.

Assim sendo, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida a 27 de Dezembro de 2022, delibera:

1. Defender que seja retomado o diálogo entre as várias entidades para que a construção da futura esquadra da PSP na Vila da Baixa da Banheira se torne uma realidade.
2. Pugar pela necessidade premente da construção de novas instalações da PSP num terreno decidido pela Câmara Municipal da Moita.
3. Pugar por um reforço do número de efectivos e o maior policiamento de proximidade que assegure o patrulhamento apeado e fortaleça o sentimento de segurança junto dos cidadãos e da comunidade local.

Reitera ainda que seja dado conhecimento da presente moção a Câmara Municipal da Moita, ao Ministério da Administração Interna, que seja publicada nos meios de comunicação da junta de freguesia e que seja enviada para divulgação à comunicação social.

Os Eleitos da CDU”

O senhor Rodrigo Nascimento pede a palavra para informar que o PS acompanha grande parte do conteúdo da moção, realçando que “a segurança é uma das suas principais prioridades do partido”. Afirmar que tem havido esforços para tentar combater o problema já antigo, como, por exemplo, a Junta de Freguesia ter providenciado bicicletas para a PSP, de modo a auxiliar no policiamento de proximidade, e a Câmara Municipal ter fornecido algum equipamento e melhorado as condições da esquadra existente. Finaliza dizendo que o PS concorda que novas instalações são necessárias e, portanto, votará a favor.

O senhor Nuno Cavaco, da CDU, intervém, dizendo que cada instituição tem o seu papel e que não cabe nem às Juntas de freguesia nem a Câmara municipal construir esquadras da polícia, que uma decisão tomada pelo Governo e executada pelo Ministério da Administração Interna. Menciona o compromisso estabelecido em 2010, como refere a moção, e que este não foi cumprido e seria importante perceber porquê. Por isto, afirma que a culpa não seria das autarquias. Finaliza, dizendo-se preocupado com as declarações do Diretor Nacional da PSP, em que o mesmo afirma que existem polícias a mais e que se iria colocar apenas um efetivo por junta de freguesia. Explica que não entende como nenhum membro do Governo comentou tais afirmações. Informa que está satisfeito que as bicicletas tenham sido entregues à PSP, mas que já acertado um compromisso do antigo executivo, não executado pelo mesmo, afirma, devido a complicações durante a pandemia de COVID-19. No entanto, insiste que só uma nova esquadra e mais efetivos poderão realmente resolver o problema da segurança.

A palavra é dada ao senhor Jorge Silva, informando que o posto da PSP, situado no Vale da Amoreira, deixou de existir, o que dificulta que pessoas com problemas de mobilidade e idosos se consigam dirigir a outro posto, na Baixa da Banheira. Menciona a existência de um projeto que resolveria o problema, no entanto, este acabou por não avançar, mesmo após ser dada a garantia de que se iria realizar por parte do Presidente da República na época, Aníbal Cavaco Silva. Volta a reforçar que as instalações atuais da PSP não são seguras.

Pede a palavra o senhor Miguel Jorge, alertando que é necessário cuidado quando o tema é segurança, de maneira a não espalhar um sentimento de inquietação na população. Considera que a moção deveria mencionar o valor do trabalho que os profissionais das forças de segurança exercessem e a boa coordenação que se tem vindo a verificar entre o

Executivo e a PSP. Afirmar que é essencial promover intervenções de proximidade na comunidade.

O senhor Nuno Cavaco pede a palavra para confirmar que a bancada da CDU aceita as alterações mencionadas e questiona se a frase acrescentar poderia ser “Os eleitos da Assembleia valorizam o trabalho da PSP, o seu profissionalismo, o seu empenho em trabalhar com as autarquias desde sempre e, por isso, também os acompanhamos nas suas justas reivindicações de baixos salários e mais condições de trabalho.”

O senhor Miguel Jorge afirma estar de acordo, chamando apenas a atenção para a confusão entre “recomendação” e “moção” no texto e que o contexto da moção deveria estar de acordo com a realidade demográfica da autarquia, devendo-se falar em “união de freguesias” e não nas freguesias em separado, lembrando que o tema já havia sido tratado.

O senhor Rogério Santos, da CDU, quis esclarecer que existem, no seu entender, duas freguesias, sendo unificadas em órgãos como a Assembleia e Junta de Freguesia. “Estão unidas, mas não deixam de ser duas.”, afirma.

O senhor Rodrigo Nascimento intervém para dizer que o PS não concorda com a análise a bancada da CDU, dizendo que apenas existiria uma freguesia que seria a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e que, sem essa alteração na moção, o PS teria de se abster na votação.

O senhor Nuno Cavaco diz que poderia contra-argumentar, mas que isso seria “perder-se num pormenor” quando o que seria relevante seria o assunto relativo à esquadra da polícia e ter os efetivos e as condições necessárias. Afirmar ainda que, inevitavelmente, as freguesias irão acabar por ser separadas, pois “é o que o povo quer”. Conclui, dizendo que a CDU não aceitará tal proposta de alteração.

O senhor Rodrigo Nascimento lembra que a opinião do povo teria sido deixada clara na última Assembleia Municipal realizada, em que foi rejeitada a proposta relativamente à separação das freguesias.

Submetida a votação, a moção foi aprovada com 9 votos a favor, da bancada da CDU e do BE, e 9 abstenções, do PS e do MM.

Seguiu-se a continuação da Ordem de Trabalhos, com o quarto ponto, Discussão e Votação Tabela de Taxas e Tarifas para 2023, apresentado pela Senhora Presidente da

Junta, Bárbara Dias. Antes de iniciar, a Senhora Presidente esclareceu que apenas estaria sujeita a votação a tabela de taxas e tarifas, já que o regulamento não teria sofrido alterações.

O senhor Jorge Silva disse achar os valores das taxas confusos, não conseguindo perceber se teria havido aumentos ou não. Também questionou se houve aumento dos serviços das taxas e, caso houvesse, dada a inflação e o aumento do custo de vida, a bancada da CDU não estaria de acordo. Afirma ainda que a descrição não seria esclarecedora, o que culminaria na abstenção da bancada.

O senhor Nuno Cavaco pediu a palavra para questionar porque é que haveria serviços que não seriam cobrados tendo em conta que, legalmente, isso não seria possível. Quis saber também onde se encaixaria a tarifa da cobrança de valores dos comerciantes, relativamente à publicidade, aquando do último Mercado de Natal realizado. Diz não se lembrar de votar em Assembleia de Freguesia para que isso fosse possível.

A Senhora Presidente esclareceu que não houve aumentos das taxas, exceto por uma única alínea, alterada apenas para estar de acordo com a lei, e o acrescento de uma taxa de urgência. Houve ainda o igualar das taxas de cães de companhia e de guarda para 10€. No que diz respeito às taxas aplicadas aos comerciantes, afirma que o anterior executivo fez o mesmo no 25 de abril, que deliberou taxas apenas em reunião de executivo. Contudo, agradeceu a observação e reforçou que, por questões do género, se estaria a rever o atual regulamento de taxas e tarifas. Recordou ainda que tal prática seria exercida em várias juntas já que se trataria de taxas pontuais.

O senhor Nuno Cavaco questiona a inexistência de estudos de viabilidade financeira e diz não entender o esclarecimento dado. Defende-se, dizendo que as taxas do 25 de abril teriam sido sempre aprovadas em regulamento, em Assembleia de Freguesia. Refere ainda que a prática não é crime e que apenas estaria a fazer uma chamada de atenção, pois nem o atual Executivo nem o anterior estariam a cometer uma ilegalidade. Alega que seria melhor admitir que se cometeu um erro, simplesmente.

O senhor Rogério Santos pede a palavra para reforçar a intervenção anterior, já que, no seu entender, o uso do termo “legalidade” seria acusatório para fazer comparações ao anterior Executivo. Termina concordando que seria, de facto, necessário arrecadar receita, mas que teria de ser da forma correta.

O senhor Jorge Silva afirmou ser contra a taxa de urgência de 50% que foi acrescentada, já que existem cidadãos para os quais essa taxa seria bastante penalizadora e a pressa com a aquisição de atestados seria justificada. Diz que, na presente reunião, o ponto deveria ser excluído para ser estudado e aplicado à realidade da população.

A Senhora Presidente esclarece que, quando disse que os documentos anteriores não estavam de acordo com a lei não teria sido com objetivo de acusar ninguém, mas de explicar que o Executivo atual estaria a reformular o necessário para ficar de acordo com as portarias e com os decretos de lei em questão. Relativamente à taxa de urgência, refere que é uma prática muito comum, por exemplo, em juntas de freguesia. Afirma que o Executivo também estaria a estudar soluções para que a aquisição de detestados não demorasse tanto como atualmente, nomeadamente soluções que evitem que a população se tenha de deslocar à junta de freguesia e possa realizar todo o processo *online*. Realçou também situações em que cidadãos pediram atestado para o dia seguinte, por exemplo, e explicou que, atualmente, o processo tornou-se mais complexo de forma a prevenir fraudes.

O senhor Jorge Silva diz concordar com otimização dos processos através da tecnologia, mas chama a atenção para a estrutura da população residente, nomeadamente a população mais idosa, que poderá ter dificuldade com essa via e voltou a apelar a situação económica atual do país.

O senhor Miguel Jorge realçou que, desde o início da discussão, a posição da bancada da CDU seria a abstenção devido aos supostos aumentos de taxas, o que não se verificou.

Submetido a votação, o ponto foi aprovado com dez votos a favor, do PS, BE e MM, e 8 abstenções, da bancada da CDU.

Passou-se ao ponto 5, Aprovação de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, apresentado pela Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

O senhor Rogério Santos pede a palavra para dizer que a bancada da CDU lamenta que o Movimento Associativo não estivesse contemplado nos contratos.

O senhor Miguel Jorge intervém para explicar que na sessão anterior foram aprovadas as Grandes Opções do Plano, em que consta, o apoio ao Movimento Associativo. Afirma que questionar o apoio prestado em questão no ponto a tratar seria apenas uma tentativa se conseguir “falsos argumentos” para não aprovarem o que foi transmitido. Refere que

houve um aumento substancial de competências, fruto e uma boa relação com a Câmara. Afirmo que, em 2023, a Junta de Freguesia terá mais condições e proximidade para resolver mais problemas e de forma mais eficiente, com aumentos a variar entre 13% a quase 200%, dependendo dos casos. Perante isto, diz não haver razão para não querer aprovar este ponto.

O senhor Nuno Cavaco contrapõe, afirmando que um aumento do orçamento não é tudo, já que, arrisca-se a dizer, não existirão novas competências, mas sim uma descentralização de serviços da Câmara para a Junta para que esta que possa ficar encarregue da manutenção das escolas, que, a seu ver, o dinheiro que lhes será destinado não será suficiente. Critica a descentralização de competências, já que acredita que funções como eu já referi da manutenção das escolas deve ser uma competência do Governo e o critério usado para a atribuição do valor monetário a cada escola. Por último, diz que o Movimento Associativo estar presente apenas nas GOP não é suficiente, dada a importância ao nível local.

O senhor Rogério Santos afirma que o facto de o Movimento Associativo estar contemplado nas GOP não invalida o facto de não estar contemplado nos contratos em questão, além de, a seu ver, ser outro assunto. Explica que, se o protocolo não contempla o Movimento Associativo, presumivelmente, a verba que irá receber será menor.

A Senhora Presidente começa por esclarecer quem fez os critérios foram os mesmos técnicos da Câmara Municipal que fizeram os protocolos anteriores. No entanto, recorda que o Executivo da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira apresentou uma proposta para que houvesse outro tipo de critérios a serem tidos em conta antes de fazer tal atribuição monetária. Se por um lado acha que não faz sentido ter em conta as salas e o espaço de recreio, um critério utilizado poderia ser, por exemplo, o número de alunos ou o período de atividade da escola. Explica também que as GOP não são assunto encerrado e que estão ainda a ser discutidas, já que os contratos interadministrativos fazem parte das mesmas. Relembrou, ainda, que apoiar o Movimento Associativo é uma competência da Junta, não sendo necessário um protocolo da Câmara Municipal para que esse apoio seja prestado e informou que o Executivo atual tem uma verba de 79000€ para esse fim, enquanto o Executivo anterior, com o dito protocolo, em 2021, tinha uma verba de 40000€.

O senhor Rogério Santos quis esclarecer que protocolos de descentralização e as Grandes Opções do Plano são coisas distintas e que se referia ao facto das GOP já terem sido aprovadas, daí ter dito que era outro assunto, já que se trataria de documentos diferentes.

O senhor Nuno Cavaco informa que o Presidente da Câmara Municipal que, quando questionado sobre o porquê de o Movimento Associativo não referenciado nos contratos, teria dito que se se tratava de um lapso e que os serviços estariam a corrigir tal falha. Não se tratando de um erro, a conclusão da bancada da CDU é que os apoios estão a ser centralizados na Câmara, algo com que não estão de acordo.

O Senhor Tesoureiro do Executivo, Luís Cerqueira, quis informar que seria, de facto, uma opção de o Executivo “fazer obra” e, para tal, seria necessário o dinheiro, tendo um grande esforço para que a primeira receita fosse transferida através da Câmara Municipal, sendo que o valor foi duplicado. Confirmam que haveria, sim, mais dinheiro, sinónimo de mais trabalho, mas que isso não assustava o Executivo. Lembra também que algumas tarefas já eram executadas e que a Junta não recebia nada para a realizar e cita o contrato que falaria em “manutenção, conservação e pequena reparação”, nada de obras estruturais, já que essas estão no plano central. O que a Junta fará é trabalho de proximidade com escolas, dentro do estabelecido pelos contratos, como substituição de vidros ou reparação de casas de banho. Primeira rubrica da receita passa assim a ser da Câmara municipal da Moita, explica. Reforça a intenção da Junta de continuar a apoiar o Movimento Associativo, o que é da sua competência, e comenta que, por vezes, teria havido duplicação de apoios, entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Pontua ainda que os apoios prestados não são apenas monetários, mas também logísticos e de disponibilidade de recursos humanos.

O senhor Miguel Jorge sinaliza o uso constante do Movimento Associativo nas sucessivas reuniões, na sua opinião, de maneira de um pouco “demagógica”, para tentar passar a imagem de que o Partido Socialista não lhe prestaria apoio. Sendo que tal argumento já teria sido “desmontado” inúmeras vezes, não vê sentido no uso de tal estratégia.

O senhor membro do Executivo, Abílio Marcos, pediu a palavra para esclarecer que qualquer associação é livre de exercer a sua atividade como bem entende, tendo sempre a possibilidade de pedir apoio à Junta de Freguesia. Conta que houve associações a tomar a liberdade de enviar os seus planos de atividades e mostrar interesse em discuti-los e teriam sido sempre recebidas. Quis explicar este tópico para não se ter a ideia de que as

associações pedem ajuda e não obtêm resposta, quando o que acontece, acredita, é que associações menos dinâmicas não conseguem ter tanto sucesso nas suas atividades por questões internas.

O senhor Nuno Cavaco quis relembrar que, na sessão anterior, ao discutir as GOP, teria sido dito que estas foram construídas pelo Executivo com o Movimento Associativo. Afirmar que a CDU teria entrado em contacto com as associações e que estas teriam dito que não era verdade. Acrescenta ainda que as coordenadoras das escolas e muitos comerciantes também não foram ouvidos, ao contrário do que teria sido dito na última sessão.

A Senhora Presidente contrapõe, afirmando que foi enviado um ofício para a realização de uma reunião que teve lugar no edifício sede da Junta de Freguesia, no dia 10 de Novembro com os objetivos de se falar sobre a segunda edição do Mercado de Natal e auscultação aos dirigentes associativos, em que solicitou que os mesmos apresentassem propostas para as GOP. Refere também que houve reuniões, tanto com as coordenadoras de escola como com os comerciantes, em que se solicitou novamente a apresentação de propostas para as GOP. Informa que, quem o quis fazer, teve essa liberdade e que foram propostas incluídas no documento apresentado. Conclui, dizendo que quem informou o senhor Nuno Cavaco do contrário não teria estado presente nessas reuniões.

O senhor Vítor Barata pediu a palavra para confirmar que teria ouvido falar dessa reunião e pediu aos serviços do Ginásio Atlético Clube, do qual é Presidente, para verificarem se a convocatória teria sido recebida, o que, afirma, não aconteceu. Sugere ainda que, para discutir as propostas do Movimento Associativo para as GOP, deveria ser uma reunião específica para o efeito. Finaliza, argumentando que o que está em causa é o Movimento Associativo não ter verba atribuída na descentralização de competências.

A Senhora Presidente confirma que, de facto, o e-mail com convocatória foi enviado ao Ginásio Atlético Clube, o que revela a possibilidade de alguma falha na entrega no serviço de e-mail.

Colocado a votação, o ponto foi aprovado com 10 votos a favor, do PS, BE e MM, e 8 abstenções, da bancada da CDU.

Seguindo para o ponto 6, Implementação de Balcão SNS na União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, este foi apresentado pela Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

O senhor Nuno Cavaco questionou se seria uma prática só na Baixa da Banheira ou se também se iria aplicar ao Vale da Amoreira.

A Senhora Presidente respondeu que, numa primeira fase, seria apenas na Baixa da Banheira, devido ao facto de, no Vale da Amoreira, não haver salas disponíveis no piso zero, apenas no um, o que impossibilita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Está a estudar-se soluções para a resolução deste problema, muito provavelmente adaptando serviços da Junta para conseguir que isso seja possível.

O senhor Nuno Cavaco informa que a CDU é favor de um balcão do Sistema Nacional de Saúde, porém é contra que este fique localizado na Junta de Freguesia e sejam os seus funcionários a prestar o serviço, mostrando-se convicto de que não seria funcional. Diz que o local adequado para a prestação deste tipo de serviços seria o centro de saúde, onde haveria espaço e trabalhadores com competências na área da saúde e afirma duvidar que os funcionários da junta tenham sido questionados sobre prestar tais serviços e se sentiriam confortáveis por ter os seus nomes divulgados. Também chamou a atenção para a possibilidade de haver situações de agressão aos funcionários, já que haveria um certo número de ocorrências desse género envolvendo pessoal administrativo da área de saúde.

A Senhora Presidente explica que o Executivo nunca teria objetivo se colocar os trabalhadores em causa, daí existir uma fase de teste. Realça que não se deveria partir do princípio de que a maioria dos cidadãos a recorrer ao serviço teria esse tipo de atitude e que, atualmente, as funcionárias já fazem atendimento ao público, mesmo que de outro tipo de serviços. Diz não entender como se teria acesso aos nomes dos funcionários, algo que não se deveria ter acesso e que ainda não saberia sequer se seriam esses mesmos funcionários a prestar os serviços.

A senhora Cláudia Jaime quis alertar para o facto de os telefones do centro de saúde não funcionarem há cerca de 2 anos, pela possibilidade de sobrecarregar o sistema.

O senhor Jorge Silva intervém para informar que os trabalhadores da Junta teriam um estatuto profissional, onde estão definidas as suas competências. Ignorar esse estatuto poderia trazer consequências, nomeadamente o descontentamento dos funcionários.

Passou-se à votação do ponto, que foi aprovado com 10 votos a favor, do PS, BE e MM, e 8 contra, da bancada da CDU.

A bancada da CDU quis apresentar uma declaração de voto, apresentada por Nuno Cavaco, em que explica que a CDU votou contra, mas não contra o princípio do balcão e sim por este ser feito por trabalhadores afetos à Junta de Freguesia. Refere que o documento foi aprovado como erro, referente aos nomes dos trabalhadores, e que contém problemas legais, pois haveria duas funcionários com contrato de funções públicas com o Estado, com as suas competências definidas. Quis deixar esclarecido que a CDU é a favor do balcão SNS nos centros de saúde e com profissionais com competências para tais serviços.

O ponto 7, Ratificação do Protocolo do Fundo Ambiental, foi apresentado pela Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

O senhor Nuno Cavaco elogia a Junta e reconhece o esforço de estar em proximidade com serviços semelhantes e mostra-se satisfeito com o projeto, informando que, portanto, a bancada da CDU votará favoravelmente.

Colocada à votação, a ratificação foi aprovada por unanimidade.

O ponto 8, Proposta de Denúncia de Protocolo Eco-Lar com a Santa Casa da Misericórdia, foi apresentado pela Senhora Secretária do Executivo, Cátia Nunes.

O senhor Nuno Cavaco intervém, começando por dizer que o Projeto Eco-Lar teve origem noutro projeto, que tinha financiamento anteriormente, mas que a Câmara, as juntas e a Santa Casa da Misericórdia entenderam que deveria continuar, dado os serviços prestados à população, entre acompanhamento psicológico e outros casos de saúde pública e semelhantes. Diz recear que os casos já sinalizados se percam, já que não ficou esclarecido sobre a maneira de garantir continuidade do trabalho, tendo em conta o limite temporal do PRR. Afirma que não entende a “pressa” a encerrar o protocolo, tendo em conta que não existe um substituto para apresentar, sendo essa a razão pela qual explica que a bancada da CDU não poderá votar favoravelmente.

A Senhora Secretária esclarece que o projeto terá financiamento direto, sendo assegurado até 2025, mantendo o serviço à população. Disse ainda que é expectável que projeto cresça, mantendo as parcerias presentes e expandindo determinados serviços, como o caso do apoio psicológico, que atualmente estaria sem atendimentos, o que será alterado.

Com isto, afirma que o objetivo não é desvalorizar o projeto, reconhecendo o seu valor e importância para a população. Realça que nada impede que, após 2025, haja novo protocolo de maneira a dar continuidade ao projeto e que se pode apoiar a Santa Casa da Misericórdia e o projeto se é que isso esteja definindo num protocolo. Explica que o objetivo seria aproveitar os fundos disponíveis para precisamente melhorar um projeto que tem tanto impacto na comunidade, salientando o mérito da Santa Casa ao conseguir a candidatura e que esta fosse aprovada.

Colocada a proposta a votação, esta foi aprovada com 10 votos a favor, do PS, BE e MM, e 8 contra, da bancada da CDU.

Por fim, o ponto 9, Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do nº 2 do artigo 9.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Começa por intervir o senhor Rogério Santos, reconhecendo que o trabalho que a Junta desenvolveu durante aquele trimestre era importante e positivo. No entanto, comentou que a maneira como estaria a ser feita a comunicação seria um pouco confusa, no que diz respeito à divulgação do trabalho desenvolvido. Refere que 20€ no Mercado de Natal podia ser um valor elevado para alguns comerciantes, mas que entende que são opções políticas e que o investimento tem de ser pago. Pontua ainda a confusão que diz haver entre trabalho desenvolvido e a ação social. Pergunta pelo Núcleo Museológico, se permanecerá encerrado ou não e lembrando os antigos voluntários mostraram disponibilidade perguntar projeto. Para finalizar, enumerou algumas localizações onde afirma haver dificuldades em relação à higiene urbana.

O senhor Jorge Silva questionou o porquê de a entrada do edifício da Junta da Baixa da Banheira ter um letreiro com desejos de boas festas e o mesmo não existir no edifício de Junta do Vale da Amoreira. Apesar de louvar o esforço até aqui, acha que é necessário ser mais eficaz na resolução de problemas e pergunta se, ao se tomar conhecimento de uma situação fora das competências de atuação da Junta de Freguesia, os seus serviços reportam o problema. Refere-se, em particular, o facto de a Rua Bordalo Pinheiro ter ficado sem iluminação durante, afirma, aproximadamente 3 meses. Conta que a situação reportada anteriormente em relação à Avenida Almada Negreiros continuaria a mesma.

Conclui, aconselhando que se fizesse uma análise das prioridades no que diz respeito às ocorrências, de maneira a geri-las melhor e de maneira mais eficiente.

O senhor Vítor Barata quis alertar para a situação de viaturas abandonadas, de forma a otimizar os lugares de estacionamento. Sabendo não se trata de uma competência da Junta, sugeriu que se fizesse um levantamento constante da situação para, posteriormente, o mesmo ser enviado à Câmara Municipal.

O senhor membro do Executivo, Nicolau Furtado, esclareceu, em relação a casos de viaturas abandonadas, podem reportar quer para o e-mail geral à Junta, quer para o seu e-mail, pois a informação será reencaminhada para a Câmara. Explica que a recolha das viaturas demora, no mínimo, 3 meses, já que é necessário identificar o proprietário, intimar a retirar o veículo e, se tal não acontecer, é colocado o edital e será feita a recolha. Diz não ser um processo fácil, pois, muitas vezes, o que acontece é que a viatura é deslocada minimamente do local sinalizado e todo o processo tem de recomeçar. Relativamente à situação na Avenida Almada Negreiros, em relação à existência de buracos, afirma que o problema já estaria resolvido. Já em relação às obras na faixa central, explica que houve uma fuga de água e, por isso, teve que se esperar 15 dias para ser colocado pavimento, assegurando-se que a situação tenha sido normalizada e não volte a ocorrer a curto prazo, lembrando que seria uma competência da Câmara e à mesma foi reportada. No que diz respeito à situação da falta de iluminação, seria responsabilidade da EDP e a ocorrência já teria sido reportada e a situação resolvida, não só na rua citada anteriormente, mas noutras que estariam com o mesmo problema. Em relação ao lixo, particularmente na Praceta Maria Helena Vieira da Silva, conta que o que lá ficou foi entulho de uma limpeza feita há anos e que afirmam alertar constantemente a Câmara a respeito da situação. Também já se tem conhecimento da situação de lixo na Praceta Gen. Norton de Matos e o que se percebeu é que haveria alguém que acabaria o colocar entulho na zona. Em relação à Rua de São Tomé, sobre a existência de buracos, a situação já teria sido reportada e é resolvida. Na Rua da Independência, haveria um buraco com vários anos, já teria sido arranjado, um problema com o esgoto, que também iria ser resolvido, e a situação com o lixo também já teria sido reportada à Câmara. A situação dos buracos na Rua de Moçambique também já teria sido resolvida. Pede também que se tenha o cuidado de verificar se as ocorrências são verídicas antes de as reportar.

O senhor Rodrigo Nascimento pediu a palavra para realçar não só a diversidade das atividades realizadas, mas também dos serviços prestados pela Junta. Destaca o esforço

feito para manter uma proximidade das gerações mais jovens com os idosos. Realça que existe muito trabalho realizado que acaba por não constar de relatórios, mas que é efetuado.

O Senhor Tesoureiro, antes de dar resposta às questões, lembrou a existência da aplicação “A Minha Rua”, cuja finalidade é recortar ocorrências e facilita todo o processo, quer de reconhecimento do local, quer do problema em si. Relativamente ao Núcleo Museológico, informa que teria havido numa reunião com os voluntários que teriam interesse em continuar com o núcleo aberto. Constatou-se que as instalações existem e que custariam 6000€ à Junta, no presente momento. Além disso, o espaço não seria adequado para a finalidade pretendida, já que não seria amplo. Afirmar que estão a ser procuradas instalações da Câmara que possam ser cedidas para serem restauradas e adaptadas para acomodar o museu com a dignidade que merece. Fez saber que ninguém teria entrada em contacto com o intuito de visitar o museu ou demonstração de interesse pelo mesmo, mas que o Executivo estaria disponível para quem o pretendesse fazer. Sem a despesa fixa de 6000€ por ano, será possível investir noutras instalações e dar as condições merecidas para que o museu possa estar aberto.

O senhor Jorge Silva menciona que na Rua Ferreira de Castro haveria duas pilaretes caídos para o lado da estrada e que estariam lá há um ano. Afirmar que há locais onde o pavimento ainda estaria por colocar há mais de 8 meses. Oferece-se ainda para acompanhar o senhor Nicolau Furtado de forma a mostrar onde estariam os problemas a que se refere.

A senhora Telma Rocha pede a palavra para explicar que o termo “museu” não se aplicaria ao Núcleo Museológico pois não possuiria as características para ser chamado assim. Afirmar que seria mais correto falar-se em “coleção visitável”. Questiona ainda se o inventário das peças que compõem o núcleo já teria começado a ser feito ou não e porquê, no caso de a resposta ser negativa.

O senhor Tesoureiro explicou que há a intenção de se fazer o inventário, mas que este ainda não foi iniciado por falta de recursos, mas que os voluntários que se mostrem dispostos a ajudar podem apresentar propostas do que fazer, inclusivamente, visitas. Afirmar que a prioridade para com o núcleo seria conseguir um espaço amplo para ser utilizado, de forma a dar condições a coleção já existente e talvez até acrescentar mais ao

espólio. O Executivo é de opinião que o montante investido nas instalações atuais ser alocado para obras de um local mais adequado.

O senhor Emílio Brazão pediu a palavra para recordar que, na Rua João Villaret, ainda se realizam “corridas de carros” e que essa rua ainda teria uma tampa praticamente solta.

O senhor Miguel Jorge pede para intervir com o objetivo de saudar o espírito de colaboração visível dos membros da bancada da CDU que fizeram intervenções naqueles últimos momentos de reunião e reforçou que, como dito anteriormente, quando alguém se depare com alguma ocorrência, que comunique, para que seja resolvida, pois é benéfico para todos.

O senhor Vítor Barata pediu a palavra para relatar que, na Rua dos Lusíadas, também existia uma tampa quase solta, o que causa barulho com a passagem de viaturas e que, eventualmente, poderá causar um acidente.

O senhor Nicolau Furtado esclareceu que, dependendo da complexidade da situação, há a possibilidade de a Junta conseguir resolver o problema.

Para finalizar, a Senhora Presidente esclareceu, relativamente à comunicação, confirmou que todo o trabalho feito é enviado para os vários meios de comunicação social, que distribuem a informação da maneira que acham pertinente. Informa que também passará a haver comunicação própria, sendo obrigatório, por lei, fazer-se boletins trimestrais com tais dados. Realçou que tudo o que foi feito foi um trabalho de equipa, com cada membro do Executivo dando o seu contributo consoante a sua área.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 00 horas e 25 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.^a Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente:

Paulo Alfredo Alfama Santos

1.^aSecretária:

Mariana Sofia Marques Pinote
